

REPERCUSSÕES DAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO NA EFETIVAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE

Cleide Eurich Sohn
PUCPR
eurichsohn@hotmail.com

Ana Maria Eying
PUCPR
ana.eyng@pucpr.br

Thais Pacievitch
PUCPR
thais_831@hotmail.com

Agência financiadora: CNPq

Resumo: O artigo tem como tema as políticas de avaliação, com ênfase nas repercussões destas na efetivação de uma educação básica de qualidade. O objetivo é analisar as repercussões das políticas de avaliação da educação básica. O estudo se referenda em Afonso (2008), Dias Sobrinho (2003, 2008), Eying (2007), Freitas et. al. (2009). Para a pesquisa empírica, foram utilizados questionários, aplicados a gestores de 7 escolas públicas. As mudanças indicadas permitem inferir que as repercussões das políticas de avaliação podem contribuir na melhoria da qualidade de ensino. Entretanto, é preciso uma mudança na cultura da avaliação de forma que a avaliação institucional seja a mediadora.

Palavras-chave: políticas de avaliação; IDEB.

INTRODUÇÃO

A avaliação tem desempenhado uma importância central nas políticas educacionais, exercendo grande influência sobre elas, possuindo um papel fundamental nas reformas educacionais. No entanto, focam-se na aferição dos resultados da aprendizagem dos alunos.

As políticas de avaliação da educação básica podem a partir do diagnóstico da educação brasileira, provocar reflexões que viabilizem mudanças nas práticas pedagógicas proporcionando uma educação básica de qualidade. Nesse contexto, o problema que orienta a pesquisa procura elucidar a seguinte questão: as repercussões dos resultados do IDEB nas escolas públicas provocam mudanças para uma efetiva educação básica de qualidade?

A pesquisa está vinculada ao projeto de investigação desenvolvido pelo Observatório de Violências nas escolas – PUCPR, do PPGE e se apoiou na abordagem qualitativa, utilizando o questionário como principal instrumento na coleta de dados, aplicado a 12 gestores de 7 escolas públicas municipais.

Os principais dados analisados e debatidos trazem indicadores das mudanças ocorridas a partir da divulgação do índice IDEB (Quadro 1), possibilitando o conhecimento de qualidades e fragilidades das escolas pesquisadas.

Mudanças ocorridas nas escolas pesquisadas	
Qualidades	Fragilidades
<ul style="list-style-type: none"> • Unidade de ação; • Maior acompanhamento da equipe pedagógico-administrativa; • Corresponsabilidade de todos; • Revisão do planejamento; • Intensificação da formação continuada; • Maior envolvimento da família na escola; • Ampliação da permanência do aluno além da jornada regular; • Apoio pedagógico aos alunos com dificuldade de aprendizagem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação dos exames na escola • Alto índice de não alterações/revisões no projeto político pedagógico da escola.

Quadro 1: Síntese da análise dos dados

As mudanças indicadas pelos gestores permitem inferir que as repercussões das políticas de avaliação da educação básica podem contribuir na melhoria da qualidade de ensino. Entretanto, é necessária cautela para que o IDEB seja uma ferramenta para o acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica e não seja usado como “ranking escolar”.

As políticas de avaliação centralizadas se esquecem que não basta o dado de desempenho do aluno ou do professor coletado em um teste ou questionário e seus fatores associados. É preciso que o dado seja ‘reconhecido’ como ‘pertencendo’ a escola. (FREITAS et. al., 2009. p. 48)

É indispensável a articulação da avaliação em larga escala com a avaliação institucional e a avaliação de sala de aula, pois a escola precisa se reconhecer, utilizando os dados como subsídios, como Freitas et al. (2009, p. 65) afirma “[...] para que dentro de um processo de avaliação institucional, ela possa consumir estes dados, validá-los e encontrar formas de melhoria”.

Nesse sentido, é preciso que se tenha clareza de que os programas de avaliação em larga escala e a divulgação dos resultados do IDEB, por si só não mudarão a qualidade da educação básica. Portanto, é preciso uma mudança na cultura da avaliação, de forma que a avaliação institucional seja a mediadora entre a avaliação de sistema e a avaliação da aprendizagem do aluno “em sala de aula”, num processo dialógico.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Avaliar a escola e a gestão escolar: elementos para uma reflexão crítica. In: ESTEBAN, Maria Teresa (Org). **Escola, currículo e avaliação**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação:** políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação Educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Avaliação**, Campinas: Sorocaba, SP, vol. 13, n. 1, p. 193-207, mar 2008.

EYNG, Ana Maria. Projeto Pedagógico Institucional: a relação dialógica entre planejamento e avaliação institucionais. In: EYNG, Ana Maria e GISI, Maria de Lourdes. (orgs). **Políticas e gestão da educação superior: desafios e perspectivas**. Ijuí: Ed. Unijui, 2007.

FREITAS; Luiz Carlos de et al. **Avaliação educacional:** caminhando pela contramão. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.